Governo do Estado do Pará
Secretaria Executiva de Administração – SEAD
Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará (FSCMP)

Concurso Público

Nível Superior

Cargo 2: Advogado

Caderno de
Provas Objetivas

Aplicação: 7/3/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde 1,00 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – SEAD/FSCMP, de 7/1/2004.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de três horas, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 8/3/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 9 e 10/3/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 30/3/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado do Pará e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para a avaliação de títulos.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 1/2004 – SEAD/FSCMP, de 7/1/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelos telefones 0(XX) 91 4004 2525 e 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no site <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O ecoturismo é uma atividade que tem como
fundamento a conservação do meio ambiente, dos
4 ecossistemas, e pode e deve aproveitar a mão-de-obra local
para o desenvolvimento de diversas atividades, criando,
7 assim, diretamente, emprego e renda para as populações
locais e, indiretamente, para as populações das cidades. Pela
sua natureza, de forte atração de turistas nacionais e
8 estrangeiros, é um exportador de serviços e importador de
divisas. Faz entrar dinheiro externo na região, o que significa
10 uma fonte importante para a ativação geral da economia.

Internet: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>> (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com a argumentação do texto, define-se “ecoturismo” (l.1) como “a conservação do meio ambiente” (l.2).
- 2 Preserva-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “aproveitar” (l.3) pela expressão **fazer uso**, sem outras alterações no texto.
- 3 Textualmente, “populações locais” (l.5-6) e “populações das cidades” (l.6) não podem ser consideradas expressões sinônimas.
- 4 A expressão “Pela sua natureza” (l.6-7) constitui uma razão, uma causa para o fato de o ecoturismo ser um “exportador de serviços e importador de divisas” (l.8-9).
- 5 O emprego da forma singular em “é um exportador” (l.8) é exigido pelo sujeito subentendido da oração: o ecoturismo.
- 6 A forma verbal “significa” (l.9) está empregada no singular para concordar com “uma fonte importante” (l.10).

1 Com a pressão vinda de todos os lados, é natural
que, em um dado momento ou em outro, passe pela cabeça
da maioria das pessoas a ambição de largar tudo e ir viver
4 uma vida tranqüila em outro lugar. Mudar de vida pode ser
uma excelente solução para a tensão, dependendo
evidentemente da vida que se leva. Qualquer decisão nesse
7 sentido, porém, deve levar em conta um fato da natureza:
ninguém pode evitar completamente situações estressantes.
O estresse não é doença, e, sim, uma reação instintiva ao
10 perigo real ou imaginário ou a uma situação de desafio.
“Uma cascata bioquímica que prepara o corpo para lutar ou
fugir”, na definição do manual de técnicas para aliviar o
13 estresse, elaborado pela Escola de Medicina de Harvard, um
centro de excelência nos Estados Unidos da América.

O reflexo automático diante do perigo foi
16 implantado em nossos genes para evitar que sejamos feridos
ou coisa pior. Sem ele, teria sido impossível a sobrevivência
da espécie.

19 O estresse não é necessariamente negativo. O
aumento gradativo da adrenalina melhora o desempenho
físico e intelectual de maneira estrondosa — afinal, é para
22 isso mesmo que serve. Quando bem usado, ele ajuda a
superar desafios. É a adrenalina — um dos hormônios do
estresse — que faz com que atletas consigam superar limites
25 em uma competição ou que consultores de multinacionais
terminem um projeto em tempo recorde.

Veja, fev./2004 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, relativos ao texto anterior.

- 7 Depreende-se da argumentação do texto que o estresse, apesar de não ser uma doença, é uma das angústias do homem moderno na sua incessante necessidade de superar seus próprios limites.
- 8 Ao substituir a expressão “que se leva” (l.6) por **que levamos**, mantém-se a correção e a impessoalidade do texto, mas será necessário substituir, também, “Mudar” (l.4) para **Mudarmos**, a fim de que a correção gramatical seja mantida.
- 9 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao substituir “porém” (l.7) por **mas**.
- 10 Na linha 7, a oração que segue os dois pontos serve de explicação para “um fato da natureza” (l.7), que pode ser interpretado como **da natureza humana**.
- 11 O valor adversativo da conjunção “e” (l.9) permite sua substituição por **mas**, sem que a argumentação do texto seja prejudicada.
- 12 Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical ao se substituir “ao perigo” (l.9-10) por **para o perigo**.
- 13 Pelos sentidos textuais, o pronome “ele” (l.17) retoma a idéia de “perigo” (l.15).
- 14 Emprega-se o gênero feminino no adjetivo “estrondosa” (l.21) por exigência da concordância com “adrenalina” (l.23).
- 15 Na linha 22, o gênero empregado em “usado” indica que o sujeito subentendido de “serve”, na oração anterior, é **estresse**.
- 16 No último parágrafo do texto, a palavra “atletas” (l.24) integra um exemplo que confirma o argumento de melhora do desempenho físico, enquanto “consultores de multinacionais” (l.25) exemplifica o mesmo argumento em relação a desempenho intelectual.
- 17 O texto emprega o modo subjuntivo em “consigam” (l.24) por exigência do emprego de “com que” (l.24) iniciando a oração.

Efeitos da ameaça, no bem e no mal

1 Enquanto os nimbos da guerra toldam o horizonte,
a vigília sugere pensamentos esparsos, de calibre diverso no
bem e no mal. Por exemplo, transparece, com veemência
4 dolorosa, o fato de que a arma atômica é o mais eficaz
instrumento de poder. A unidade de medida. A prova.

7 Quem não tem arma atômica não se estabelece, está
fora do grande jogo. Donde a conclusão grave, atemorizante:
só a bomba é a última e definitiva garantia de segurança. E
aqui trafegamos pelo domínio do mal.

10 Há compensações. Por exemplo, as marchas a favor
da paz, a apinhar avenidas e praças ocidentais. Comovem o
mundo islâmico. Porta-vozes muçulmanos celebram a
13 resistência cristã à ameaça da guerra. E a interpretam no
melhor sentido, como demonstração de que o Ocidente não
quer, antes ainda do ataque ao Iraque de Saddam, um
16 confronto entre civilizações.

Mino Carta. *Carta Capital*, 19/3/2003 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, a respeito do texto acima.

- 18 A organização das idéias no texto permite inferir para as palavras “nimbos” e “toldam” (l.1) a significação de **riscos** e **ameaçam**, respectivamente.
- 19 A expressão de valor adjetivo “de calibre diverso no bem e no mal” (l.2-3) qualifica “pensamentos esparsos” (l.2).
- 20 Subentende-se a idéia do **poder** depois de “medida” e de “prova” (l.5).
- 21 Mantém-se a coerência do texto e a sua correção gramatical ao substituir o pronome “Quem” (l.6) por **Países**.
- 22 De acordo com as idéias do texto, não se estabelecer significa ficar fora do “grande jogo” (l.7).
- 23 Por introduzir um sentido explicativo, o sinal de dois pontos após “atemorizante” (l.7) pode ser substituído pela conjunção **por que**, sem que seja prejudicada a correção do texto.
- 24 O advérbio “aqui” (l.9) remete, no texto, ao lugar, ao país onde o autor está ao escrever.
- 25 A inserção de **qualquer** antes de “ameaça da guerra” (l.13) preserva a coerência e a correção gramatical do texto.

Sabe-se hoje que as ações educativas e de prevenção, aliadas aos atendimentos mais freqüentes, considerados ações de atenção básica ampliada, resolvem 85% dos problemas de saúde da população. Isso significa que o investimento na atenção básica previne o adoecimento e o agravamento das doenças. Assim, a qualidade de vida da população melhora e tendem a diminuir os gastos com procedimentos de média e alta complexidade. Como conseqüência desse processo, evidenciam-se a redução dos índices de mortalidade infantil, a diminuição do número de mortes por doenças de cura simples e conhecida, bem como a diminuição das filas nos hospitais das redes públicas e conveniadas com o SUS.

Ministério da Saúde. *Gestão municipal da saúde — textos básicos*. Brasília, 2001 (com adaptações).

Tendo por referência o assunto abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 26 O texto cita ações de atenção básica e procedimentos de média e alta complexidade. Entre os princípios que regem a organização do SUS, destaca-se a hierarquização, ou seja, a organização da atenção em níveis de complexidade tecnológica crescentes.
- 27 O coeficiente de mortalidade infantil é um dos mais sensíveis indicadores de saúde, que, embora não seja diretamente influenciado pelas condições socioeconômicas da população, tem relação com a qualidade de vida da população.
- 28 A Constituição da República e a Lei Orgânica da Saúde estabelecem a possibilidade de instituições privadas participarem de forma complementar ao SUS. Desse modo, um paciente que necessite de um procedimento cirúrgico e prefira realizá-lo em instituição privada, poderá optar por fazê-lo, desde que o hospital seja conveniado ao SUS.
- 29 O programa de saúde da família é uma estratégia de organização da atenção básica, fundamentada nos princípios de regionalização e hierarquização do SUS, que fortalece as ações de prevenção da doença, a promoção e a recuperação da saúde, de forma integral e contínua.
- 30 As ações educativas e de prevenção a que o texto se refere, por serem capazes de resolver 85% dos problemas de saúde da população, são consideradas na Constituição da República como ações prioritárias no âmbito do SUS, em detrimento dos serviços assistenciais.
-
- As informações são muito importantes para subsidiar o processo de decisão e de ação. O processo de gestão do setor de saúde exige a tomada de decisões de alta responsabilidade e relevância social. Em relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.
- 31 Um sistema de informação em saúde tem de garantir à população o direito ao acesso às informações, previsto na Lei Orgânica da Saúde, garantindo mecanismos contínuos de divulgação, utilizando recursos de comunicação adequados, ou seja, garantindo a efetivação do controle social.

- 32** Os sistemas de informação do SUS devem ter como princípio geral a produção de informações, com base no saber epidemiológico, que garantam avaliações permanentes das ações executadas e do impacto sobre a situação de saúde.
- 33** A partir das informações geradas pelos sistemas de informação do SUS, podem-se construir indicadores para a avaliação da condição de saúde de uma população. Atualmente, entretanto, verificam-se a falta de integração entre os diversos sistemas existentes no SUS, a baixa confiabilidade dos dados e a pouca utilização das informações. Por esse motivo, os sistemas vigentes estão caindo em desuso.
- 34** A descentralização, diretriz organizacional do SUS, exige que a informação alcance as diferentes esferas de governo, conforme suas competências. Assim, cabem à direção nacional do SUS definir e coordenar os sistemas de vigilância à saúde, analisando as informações produzidas nos diferentes sistemas de informação, planejar as estratégias de ação cabíveis e delegar sempre ao gestor estadual da saúde a execução dessas ações.

O Estatuto do Idoso e o Estatuto da Criança e do Adolescente são exemplos dos avanços na busca por melhores condições de saúde da população. Acerca desse tema, julgue os itens subseqüentes.

- 35** Um idoso portador de doença crônica tem, de acordo com o Estatuto do Idoso, direito a receber gratuitamente do poder público os medicamentos de que necessite para o seu tratamento. Assim, a família necessita arcar apenas com os procedimentos de alta complexidade indisponíveis no SUS.
- 36** A prioridade do idoso no atendimento à saúde determinada pelo Estatuto do Idoso é inconstitucional, pois afronta o princípio da igualdade na assistência à saúde, sem preconceitos nem privilégios de qualquer espécie.
- 37** Os estatutos do Idoso e da Criança e do Adolescente têm em comum a garantia de, em caso de internação hospitalar de indivíduos desses grupos populacionais, direito a acompanhante em tempo integral, incorporando o conceito de humanização aos serviços de saúde.
- 38** Um profissional, independentemente do cargo que ocupe, ao suspeitar de maus tratos em instituições de saúde contra crianças, adolescentes ou idosos, tem a obrigação de comunicar o fato aos órgãos competentes, sob pena de cometer crime de responsabilidade.

Rede de proteção social (RPS) é uma seleção de ações destinadas à prestação de serviços sociais básicos, voltados para grupos de baixa renda. No que se refere a esse tema, julgue os itens seguintes.

- 39** Os programas de bolsa alimentação e bolsa escola integram a RPS e são exemplos de políticas de apoio e geração de renda às famílias, mas não concorrem para a promoção da saúde.
- 40** No âmbito da saúde, identificam-se a política de inclusão social nos projetos de saúde da família e agentes comunitários de saúde e as estratégias de organização da atenção básica à saúde que aproximam o profissional de saúde da comunidade, propiciando melhor entendimento de suas necessidades por meio da utilização de métodos epidemiológicos.

Acerca do financiamento do SUS, julgue os itens que se seguem.

- 41** A legislação que instituiu o SUS definiu as bases do modelo de financiamento do sistema, com respeito às fontes e aos mecanismos de transferência de recursos entre o nível federal e os estados e municípios.
- 42** Com o princípio da descentralização das ações do SUS, nota-se um aumento da participação dos municípios no financiamento das ações de saúde.
- 43** A legislação prevê que os recursos federais devem constituir transferências não-condicionadas, ou seja, não-negociadas, mobilizadas por mecanismos de transferência direta e automática do Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais de saúde.
- 44** Para a determinação de valores a serem transferidos do nível federal a estados e municípios, são considerados, entre outros, os seguintes critérios: perfil epidemiológico da população, perfil demográfico da região, características da rede de saúde na área, organização da rede privada na região, desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior e nível de participação do setor de saúde nos orçamentos estaduais e municipais.

Acerca da gestão de recursos humanos no SUS, julgue os itens subseqüentes.

- 45** Os gestores de saúde, no âmbito de suas competências, devem assumir a responsabilidade de formação de recursos humanos em saúde para adequá-los às demandas qualitativas e quantitativas do sistema de saúde.
- 46** Avanços significativos ocorreram nos elementos constitutivos do sistema de saúde, tais como a descentralização, as bases para o financiamento e o controle social. No entanto, o processo concernente aos recursos humanos não acompanhou esses avanços e muitos dispositivos inseridos na legislação ainda não são efetivos.
- 47** No caso de insatisfação do usuário com o atendimento prestado, o único mecanismo de reclamação é a queixa formal do ocorrido ao órgão de ouvidoria da secretaria de saúde. A instituição, por sua vez, deverá instituir sindicância para apuração dos fatos.

Em relação à vigilância à saúde, atribuição do SUS, julgue os seguintes itens.

- 48** A AIDS é hoje uma doença em franca expansão na população brasileira, sendo considerada uma epidemia. Para reduzir o crescimento dessa epidemia, faz-se necessário lançar mão de instrumentos epidemiológicos e intensificar a descentralização das ações para melhores resultados de controle da doença.
- 49** O Programa Nacional de Imunizações (PNI) é estabelecido pelo Ministério da Saúde como calendário vacinal mínimo a ser realizado no âmbito do SUS, não podendo ser modificado nas esferas estaduais e municipais.
- 50** Para poder intervir nos agravos à saúde, há a necessidade de conhecimento dos fatores de risco e do perfil da população exposta a eles. Essas informações subsidiam o planejamento da organização de oferta de serviços de saúde.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando que a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará (FSCMP) é uma fundação pública que presta serviços de saúde e é vinculada à Secretaria Especial de Proteção Social do Estado do Pará (SEPS – PA), julgue os itens a seguir.

- 51** Diferentemente das autarquias, as fundações públicas têm personalidade jurídica de direito privado.
- 52** A FSCMP, apesar de ser vinculada a um órgão da administração direta paraense, não integra a administração direta do Pará.
- 53** Nenhuma autoridade da SEPS – PA tem poder disciplinar sobre os servidores da FSCMP.
- 54** A FSCMP não pode ser convertida em autarquia estadual porque, nos quadros da administração pública, a prestação de serviços de saúde é reservada a fundações públicas.
- 55** Bens imóveis da FSCMP não podem ser desapropriados pelo município de Belém – PA.
- 56** É defesa a acumulação de um cargo de fisioterapeuta da FSCMP com outro cargo público de fisioterapeuta, pois a acumulação de dois cargos públicos de mesma natureza somente é permitida aos professores e aos médicos.
- 57** Configura exercício de poder regulamentar o ato de um médico da FSCMP que determina o tratamento a ser aplicado pelos enfermeiros a certo paciente.
- 58** Os auxiliares de enfermagem da FSCMP não são regidos pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
- 59** O serviço extraordinário dos psicólogos da FSCMP é limitado a duas horas diárias e deve ser remunerado com acréscimo de 50% em relação à hora normal de trabalho.
- 60** Configura ato vinculado o que dispensa a realização de licitação para a FSCMP celebrar contrato de prestação de serviço, por tratar-se a contratada de organização social devidamente qualificada no âmbito do governo do Pará.
- 61** Violaria a Constituição da República uma lei estadual do Pará que estabelecesse, para os dirigentes das fundações públicas estaduais, um mandato fixo de dois anos, admitida apenas uma recondução.

Ainda com referência à FSCMP, em cada item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 62** A FSCMP concedeu licença a um servidor para tratar de interesses particulares, mas, durante o período de afastamento, a autoridade competente para a concessão da licença verificou que o servidor licenciado ainda não havia sido aprovado no estágio probatório. Nessa situação, a autoridade deverá anular imediatamente a licença, por ter sido ilegal a sua concessão.
- 63** Um paciente veio a falecer durante intervenção cirúrgica realizada por médico da FSCMP. Nessa situação, a FSCMP somente teria o dever de indenizar os familiares do paciente caso restasse demonstrada a culpa do médico.

- 64** A FSCMP pretende vender um imóvel para, com o dinheiro arrecadado, modernizar a ala pediátrica de um de seus hospitais. Nessa situação, a venda do referido imóvel não depende de autorização legislativa.
- 65** A FSCMP pretende adquirir um aparelho médico que, no Brasil, é produzido somente pela empresa Equipmed. Há, porém, empresas estrangeiras que produzem equipamentos similares em outros países. Nessa situação, a FSCMP pode adquirir o aparelho da Equipmed, sem licitação, por ser inexigível a realização do procedimento licitatório.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

- 66** Não se admite a cumulação de indenização por danos morais e estéticos, em parcelas quantificáveis autonomamente, decorrentes do mesmo fato, por configurar indevida incidência duplicada sobre a mesma coisa, porque, no dano estético, está compreendido o dano moral.
- 67** Na hipótese de uma enfermeira deixar de esterilizar o material cirúrgico e, em razão disso, instalar-se infecção generalizada que cause a morte do paciente, configura-se a solidariedade passiva entre médico, enfermeira e hospital para efeito de responsabilidade civil.

Quanto aos defeitos do negócio jurídico, julgue os itens que se seguem.

- 68** Para o Código Civil vigente, o erro ou a simulação são vícios de consentimento capazes de tornar nulo o negócio jurídico.
- 69** Constitui fraude contra credores a prática maliciosa, utilizada pelo devedor com o intuito de escusar-se do pagamento de sua dívida ao credor, consistente na alienação de bens que respondam pelo crédito.

No que se refere à cláusula penal, julgue os seguintes itens.

- 70** A cláusula penal, obrigação acessória e subsidiária à obrigação principal, tem aplicação restrita aos contratos, sendo sua finalidade precípua a de garantir, alternativa ou cumulativamente, o cumprimento da obrigação principal.
- 71** A cláusula penal objetiva reforçar a obrigação principal ou apresentar-se como alternativa ao seu adimplemento.

Com relação às obrigações, julgue os itens subseqüentes.

- 72** Não é necessário que a obrigação, para ser solidária, se baseie em uma mesma causa ou fundamento jurídico.
- 73** A obrigação de dar ou restituir coisa certa é aquela em que o devedor está obrigado a entregar ou devolver um bem que não pode ser substituído por outro de igual valor, qualidade ou quantidade.
- 74** O cumprimento da obrigação de não fazer é continuado. Perpetua-se no tempo e se renova a cada momento, enquanto o devedor estiver se abstendo de fazer o que se obrigou a não fazer. As obrigações negativas não são passíveis de constituição em mora.
- 75** Tratando-se de obrigação solidária, pode cada credor demandar seu cumprimento e cada devedor é obrigado a satisfazê-la na totalidade, com a particularidade de que o pagamento feito por um devedor a um credor extingue a obrigação quanto aos outros coobrigados.

Acerca da desistência da ação e do reconhecimento do pedido, julgue os itens seguintes.

- 76** A desistência é ato do autor que se refere tão-somente à ação e não ao direito que fundamenta o pedido, e leva à extinção do processo sem julgamento de mérito.
- 77** A confissão, que significa a admissão de fatos contrários ao próprio interesse, é ato do réu, equivalente ao reconhecimento do pedido, e importa sempre a extinção do processo com julgamento do mérito em favor do autor.

Quanto à formação, ao desenvolvimento e à extinção do processo, julgue os itens a seguir.

- 78** Tendo em vista que o processo civil começa e se desenvolve por iniciativa da parte, ofende o princípio da demanda e representa coação ilegal a determinação do magistrado para que a parte dê andamento do feito.
- 79** Considera-se proposta a ação a partir do momento em que o réu é citado, pois somente a partir daí aperfeiçoa-se a relação jurídica processual, torna-se prevento o juízo e a coisa torna-se litigiosa, além de ser o devedor constituído em mora.
- 80** Ocorrendo a morte de uma das partes no curso da demanda, o mandato ao advogado é automaticamente revogado e o processo suspenso até que ocorra a habilitação dos herdeiros, sendo certo que o ato judicial que declara a suspensão do processo tem efeitos retroativos à data da morte, independentemente do momento em que o juízo foi comunicado do óbito.

Em relação às condições da ação e aos pressupostos e procedimentos processuais, julgue os itens que se seguem.

- 81** Ocorrendo litispendência, ou seja, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada e que ainda esteja em curso, pendendo de julgamento, o juiz deve determinar a junção dos processos, por conexão, passando ambos a tramitar em conjunto.
- 82** Para a ação de cobrança de taxas condominiais, o rito adequado é o sumário, qualquer que seja o valor da causa.

No que se refere a sentença, recursos e execução, julgue os seguintes itens.

- 83** Se o tribunal der provimento à apelação por reconhecer a ocorrência de cerceamento de defesa alegado pelo apelante, em vez de reformar a sentença, deverá cassá-la, determinando o retorno dos autos à instância inferior para que lá se dê à parte a oportunidade de produzir a prova que lhe tiver sido negada.
- 84** É lícito ao juiz, ao julgar procedente a ação, conceder naquele mesmo ato a antecipação da tutela, que produzirá desde logo seus efeitos, ainda que a sentença seja objeto de apelação recebida com efeito suspensivo.
- 85** Na execução, o executado somente poderá apresentar defesa por meio de embargos do devedor, segurando o juízo, ainda que pretenda aduzir matéria de ordem pública ou relativa à inexigibilidade do título.

Considerando as regras legais que informam a alteração das condições de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 86** Contratado como balconista, Jonas foi promovido a supervisor e posteriormente a gerente da loja em que trabalhava. Em razão dessa última promoção, passou a receber gratificação adicional de 40% do salário, a qual objetivava remunerá-lo pela maior responsabilidade assumida. Passados alguns meses, concluiu o empregador que Jonas não tinha o perfil adequado para a função gerencial, pelo que o destituiu do posto, revertendo-o ao cargo de supervisor e suprimindo a gratificação de função correspondente. Nessa situação, em razão do decréscimo salarial experimentado e da ausência de concordância de Jonas, o ato patronal revelou-se ilegal.
- 87** Na condição de gerente geral das filiais da empresa Paradiso S.A., situadas na cidade de Brasília – DF, Gilson recebeu comunicado de transferência para atuar na cidade de Belém – PA, onde seriam implantadas novas salas de projeção de filmes. Caso não concorde com a transferência, Gilson poderá resistir de forma legítima, sem que se configure qualquer infração contratual.

A respeito das situações de estabilidade no emprego, julgue os itens que se seguem.

- 88** Conhecido pela forma como defendia seus pontos de vista nas assembléias gerais da categoria, Carlos acabou convencido por colegas a concorrer a um dos cargos de direção do sindicato. Ao receber o comunicado de registro de sua candidatura, o empregador pressentiu que Carlos seria eleito e que o diálogo, até então harmônico, com o sindicato seria sensivelmente afetado. Assim, aproveitando-se de recente episódio de furto — ainda em apuração — de mercadorias no setor em que Carlos trabalhava, optou por dispensá-lo por justa causa, juntamente com todos os cinco trabalhadores daquele setor. Caso Carlos seja eleito, o ato de dispensa praticado pelo empregador deverá ser anulado pela Justiça do Trabalho, independentemente da verificação de sua responsabilidade pelo furto ocorrido.
- 89** Quando contava com cinco meses de gravidez, Sílvia sofreu grave acidente de carro no trajeto de sua residência ao trabalho, o que acabou resultando em aborto. Ao retornar da licença médica de 60 dias, não demonstrou nos dois meses seguintes o mesmo ânimo profissional anterior e acabou sendo dispensada pelo empregador. Diante desses fatos, é correto afirmar que a rescisão contratual revelou-se ilegal, já que Sílvia era detentora de garantia no emprego por seis meses a contar da data do acidente sofrido.

A propósito da organização sindical brasileira, julgue o seguinte item.

- 90** Considere a seguinte situação hipotética.
- Sob o fundamento de ter havido invasão indevida na sua área de representação territorial, o Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de determinado estado da Federação impetrou mandado de segurança contra ato praticado pelo Ministro do Trabalho e Emprego, concessivo do registro sindical ao recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores no Comércio do Município localizado no referido estado.
- Nessa situação, é correto afirmar que, à luz do princípio constitucional da unicidade sindical, deverá ser denegada a segurança pretendida.

Com base nos princípios informativos do processo trabalhista, julgue os itens subseqüentes.

- 91** Em determinada reclamação trabalhista, em que se discutia a existência de direito a horas extras, cuja prestação havia sido negada na defesa, pretendeu o reclamante a intimação da empresa reclamada para que apresentasse os cartões de ponto, sob pena de se presumir verídica a jornada apontada na petição inicial. Esse requerimento foi indeferido pelo juiz. Nessa situação, em razão do princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias, ao reclamante resta apenas impetrar a ação de mandado de segurança.
- 92** Depois de transitada em julgado a sentença condenatória e de processada a respectiva liquidação, verificou-se que o reclamante havia se mudado para outro estado, sem comunicar seu novo endereço, e que seu advogado havia falecido. Diante desses fatos, e por força do princípio protetivo do impulso oficial nas execuções, o juiz tem o dever de assumir a condução do feito, determinando todas as providências necessárias à concretização dos comandos contidos na coisa julgada.

Acerca da competência dos órgãos da Justiça do Trabalho, julgue o item a seguir.

- 93** Deixando a empresa de cumprir determinada cláusula prevista em acordo coletivo de trabalho, pela qual se obrigara a reter o valor de determinada contribuição adicional destinada ao custeio do serviço médico mantido pelo sindicato profissional, caberá à Justiça do Trabalho solucionar o impasse caso este seja levado ao Poder Judiciário.

No que se refere ao sistema de recursos trabalhistas, julgue os itens que se seguem.

- 94** Interposto agravo de petição contra sentença de liquidação, deve o magistrado denegar-lhe seguimento, pois, contra essa decisão, admite-se a interposição de agravo de instrumento, no prazo de oito dias.
- 95** Julgada ação rescisória proposta com o objetivo de rescindir acórdão proferido por tribunal regional do trabalho, o recurso adequado para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) será o ordinário, a ser interposto em oito dias.

Abílio sabe que seus tios guardam na casa, na qual reside com eles, jóias e dólares. Aproveitando-se da ausência dos tios, em viagem ao exterior, Abílio combina com Beto e Carlos a subtração de tais objetos. Assim, deixa a porta da residência aberta para que Beto e Carlos nela entrem durante a madrugada. Com o uso de um pé-de-cabra, Beto e Carlos abrem uma gaveta e recolhem as jóias e os dólares, colocando-os no interior de uma sacola. Em seguida, encontram-se com Abílio, que os aguardava dentro de um veículo que dirigia e que os três utilizaram na fuga.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 96** Beto e Carlos são co-autores do delito praticado, enquanto Abílio figura como partícipe.
- 97** Considerando o grau de parentesco entre Abílio e as vítimas do crime, a competente ação penal a ser intentada é pública condicionada a representação.
- 98** Nos termos da lei penal, o delito praticado é o de furto noturno, qualificado pelo arrombamento.

- 99** Os três indivíduos não responderão pelo crime de violação de domicílio em razão do princípio da subsidiariedade, segundo o qual o crime-meio é absorvido pelo crime-fim.

- 100** A elaboração de perícia para constatar o rompimento da gaveta é indispensável, por se tratar de infração que deixou vestígios, situação em que a ausência de perícia não pode ser suprida por prova testemunhal nos termos da lei.

Julgue os itens seguintes.

- 101** Aquele que semeou, cultivou e posteriormente colheu planta destinada à preparação de substância entorpecente, sem autorização, deve responder por um único crime, em razão do princípio da alternatividade.

- 102** Ao funcionário público que praticou infração penal afiançável deve ser concedido prazo de 15 dias para apresentar defesa preliminar.

- 103** Denomina-se *habeas corpus* repressivo aquele destinado a afastar ameaça ilegal à liberdade de ir e vir de um indivíduo e que tem como consequência a expedição de salvo-conduto.

- 104** Considere a seguinte situação hipotética.

Um cadáver foi encontrado em uma via pública. Após diligências policiais, descobriu-se o autor do homicídio, sem, porém, precisar-se o local em que se deu a consumação do crime ou os últimos atos executórios.

Nessa situação, é correto afirmar que a competência deve ser firmada pelo domicílio do autor do fato.

- 105** São espécies de prisão provisória de natureza cautelar a prisão em flagrante, a prisão preventiva e a prisão temporária.

Uma sociedade comercial dedicada à exportação de produtos semi-industrializados foi absorvida por outra sociedade que, além de importar produtos semi-industrializados, pratica o *drawback*.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 106** O capital social da sociedade incorporadora será responsável pelos tributos devidos pela incorporada.

- 107** Haverá responsabilidade pelos débitos tributários da sucessora na incorporação efetuada ainda que se trate de fusão, já que, nos dois casos, o passivo integra o patrimônio da pessoa sucedida.

- 108** A aquisição do fundo de comércio tem como consequência a responsabilidade tributária do adquirente pelos tributos devidos pelo fundo até a data da ata de transferência, sendo responsabilizado subsidiariamente o alienante quando prosseguir no mesmo ramo de comércio.

Julgue os itens que se seguem.

- 109** A obra pública pode originar obrigação de pagamento de contribuição de melhoria, que tem como fato gerador o preço da obra combinado à valorização dos bens imóveis da região.

- 110** Fato gerador é a descrição feita pela lei de um ato, fato ou situação de fato cuja ocorrência fará nascer a obrigação tributária principal.

- 111** Parte de custas judiciais pode ser destinada à associação dos magistrados do estado para o melhoramento de sua sede, em razão dos cursos jurídicos que proporciona a seus associados.

112 O novo Sistema Tributário Nacional instituído pela Constituição da República entrou em vigor em março de 1989 e recepcionou leis ordinárias cujas matérias, pela nova ordem, somente podem ser regidas por lei complementar.

113 Lei complementar somente será exigível, em matéria tributária, quando expressamente previsto na Constituição da República, como para instituição de dação em pagamento de materiais de construção para pagamento de débitos tributários.

No referente à limitação do poder de tributar nos termos da Constituição da República, julgue os itens subseqüentes.

114 É legítima a antecipação do dia para recolhimento do tributo por decreto, porque tal decisão não se compreende no campo reservado à lei.

115 A substituição do indexador de correção monetária do débito tributário, estabelecido por lei, está sujeita ao princípio da anterioridade.

116 A multa pelo não-recolhimento de tributo no prazo legal, devido a seu montante e desproporção, pode ofender princípio da utilização de tributo com efeito de confisco.

117 São abrangidas pela imunidade constitucional as entidades de assistência social de previdência privada.

Determinada sociedade comercial, após identificar as hipóteses de incidência do ITBI, passou a alienar e adquirir imóveis por meio de compromisso de compra e venda. O fisco autuou a empresa, cobrando tributo sobre a transmissão da propriedade e multa, já que lei local previa expressamente a transmissão da propriedade como tributada.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

118 A autuação fiscal está correta, caso se considere que a legislação específica descreve as situações de compra e venda realizadas como nascedoras da obrigação tributária.

119 A empresa poderá praticar a elisão fiscal, impedindo a transmissão da propriedade, desde que esta seja a hipótese de incidência.

120 A autuação fiscal foi um verdadeiro lançamento, que, conseqüentemente, constituiu o crédito tributário.